

Justiça de graça para quem precisa

ESTADO DO BRASIL

17 JUN 2003

PROJETO DO GDF, APROVADO POR UNANIMIDADE NA CCJ, DESIGNA ASSISTENTES JURÍDICOS PARA FÓRUM DE SANTA MARIA E JUIZADOS ESPECIAIS DO GUARÁ E NÚCLEO BANDEIRANTE

Patrícia Britto

Os moradores de Santa Maria, Guará e Núcleo Bandeirante poderão contar com assistência jurídica nos casos de processos de execução criminal e de defesa do consumidor. O projeto em questão é do Poder Executivo e tramita em regime de urgência na Câmara Legislativa. De acordo com a proposta, aprovada ontem com unanimidade pelos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, os assistentes jurídicos, responsáveis pela defesa de pessoas que não dispõem de recursos para pagar um advogado, atuarão no Fórum de Santa Maria e nos juizados especiais do Núcleo Bandeirante e do Guará.

Uma das justificativas para o projeto é o montante de processos em tramitação na Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal. O órgão movimenta cerca de 27 mil processos, quase todos com a atuação direta da defensoria pública. A necessidade de implementar o serviço nestas localidades foi detectada pelo corregedor judiciário do Centro de Assistência Jurídica do DF (Ceajur).

A atualização do sistema de remuneração dos advogados que prestam assistência jurídica foi outra proposição aprovada ontem pela CCJ. Os assistentes atualmente têm seus vencimentos fixados de acordo com a Lei



Ainda na reunião, a Comissão aprovou a atualização do sistema de remuneração dos advogados

681/02, que trata da carreira de procurador do Distrito Federal, que nada tem a ver com as atribuições do assistente jurídico. Enquanto cabe aos procuradores a defesa da administração pública, os assistentes jurídicos trabalham na defesa de direitos de pessoas carentes.

Na opinião do deputado Chico Vigilante (PT), o projeto é

paliativo e não resolve de fato o problema dos defensores públicos. Segundo o líder do PT na Câmara, existem ações tramitando no judiciário, tratando da constitucionalidade da lei que remunera os advogados. "Precisamos resolver definitivamente o problema dos defensores públicos, que prestam relevante serviço às comunidades

carentes", ressaltou.

A sistemática das carreiras de procurador autárquico e fundacional do DF, projeto que já havia sido aprovado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEO) na semana passada, também passou pela CCJ sem grandes polêmicas.

A polêmica ficou por conta da proposta que altera a estru-

tura da Secretaria da Fazenda do DF. Apesar de aprovado por todos os presentes por não ferir a Constituição Federal, o deputado Chico Vigilante já se manifestou contra o mérito da questão. "O projeto altera muito a estrutura da Secretaria e extingue alguns órgãos. Temos que discutir melhor isso em plenário", adjuntou.